

Promotoria contesta nomeações

ADRIANA BERNARDES

DA EQUIPE DO CORREIO

A nomeação de dois servidores públicos da Secretaria de Saúde para cargos de chefia é investigada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A promotoria de Defesa da Saúde recebeu denúncia de que eles trabalham como responsáveis técnicos de empresas privadas que fornecem produtos médicos e hospitalares para o governo. Para o MP, o exercício simultâneo de cargo público em área estratégica e outro, em empresa particular fornecedora da própria Secretaria de Saúde, é incompatível.

Os dois profissionais foram

nomeados em 7 de maio. O farmacêutico Marcos Antônio Ferreira assumiu a Diretoria de Assistência Farmacêutica e Antônio Raimundo Leal Barbosa, a Gerência de Abastecimento de Medicamentos. As duas unidades são subordinadas à Subsecretaria de Atenção à Saúde, chefiada por Milton Menezes.

Em 20 de junho, a promotora Cátia Gisele Martins Vergara enviou ofício ao Secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, pedindo informações detalhadas sobre o caso e as providências adotadas pela secretaria para acabar com as "eventuais irregularidades". O prazo venceu ontem.

No documento, a promotora cita a Lei de Improbidade Admi-

nistrativa e alerta que o agente público não pode aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público. E pede o afastamento dos servidores até a apuração do caso.

Órtese

O subsecretário de Atenção à Saúde, Milton Menezes, informou que toda a documentação foi encaminhada ontem ao MP. Ele disse que Marcos e Antônio são servidores concursados há mais de 20 anos e ambos têm conduta exemplar. Segundo ele,

apenas o primeiro ainda exerce o cargo de chefia. Por causa de uma mudança na estrutura da secretaria, ocorrida em 4 de junho, Antônio saiu da Gerência de Abastecimento Farmacêutica.

Ainda assim, Milton Menezes explicou que a empresa Medical Shop Produtos Hospitalares Ltda., onde Marcos Antônio é responsável técnico, fornece exclusivamente produtos de órtese e prótese ao governo, materiais que são entregues diretamente aos hospitais. Já a Pinheiro Material Cirúrgico e Hospitalar Ltda, onde Antônio Raimundo é o responsável técnico, teria fornecido um complemento alimentar uma única vez à Secretaria de Saúde.

Segundo Milton Menezes, os

dois servidores pediram exoneração do cargo assim que souberam do pedido de explicações do MP. "Tenho 24 anos de carreira sem nenhuma mancha. Ter o nome vinculado a uma suspeita de falcatrua, expor a minha família a isso, é um constrangimento sem igual", disse Marcos Antônio. "Quando fomos convidados para o cargo, foi tudo de maneira clara, transparente. Não temos nada a esconder", destacou Antônio.

Procurados pelo **Correio**, os responsáveis pela Medical Shop não retornaram as ligações. O sócio-proprietário da Pinheiro Material Cirúrgico e Hospitalar Carlos Roberto Gréggio confirmou que Antônio Raimundo é funcionário da empresa há 18 anos.